

Igreja afirma que não abandona as áreas indígenas

BRASÍLIA — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Igreja Católica, está convencido de que por trás da portaria assinada no dia 1º deste mês pelo presidente da Funai, Romero Jucá Filho, suspendendo pelo prazo de 90 dias as assinaturas de convênios com missões religiosas, bem como a renovação dos já existentes, há interesses muito mais profundos do que a justificativa oficial de defender os índios da colonização cultural e da exploração econômica. O Cimi não tem dúvida de que é, na verdade, o alvo principal da portaria e anuncia que não pretende acatá-la.

— Não temos nenhum compromisso com a Funai, mas sim com os povos indígenas. Nosso trabalho não depende de convênios e jamais vamos deixar de lutar — anunciou, ontem, o presidente do Cimi, dom Erwin Krautler.

O Cimi atua, de forma direta ou indireta, em todas as áreas do território

nacional onde existem povos indígenas, principalmente no Amazonas, Acre, Roraima, Pará e Mato Grosso, desenvolvendo projetos de educação, saúde e agricultura. Mas o que, segundo seus integrantes, o coloca em oposição à política indigenista oficial é o trabalho de estímulo ao fortalecimento da organização indígena e a luta em defesa da demarcação territorial, seja através de assessoria jurídica ou de pressão sobre o Governo.

Cautelosa, a Funai faz questão de não discriminar qual ou quais as missões, entre as 90 (entre católicas e protestantes) que atuam junto aos povos indígenas, estariam exercendo o que considera uma interferência cultural nociva sobre os índios, através da doutrina da "salvação cristã". Ou, pior, promovendo contrabando e explorando trabalho escravo, de acordo com denúncias que o presidente da Fundação afirma ter recebido. O Cimi rebate os argumentos da Funai.

Dom Erwin lembra que a Funai jamais expulsou um missionário protestante, enquanto num único mês (dezembro de 86), quatro missionários do Cimi foram expulsos das reservas dos waimiris-atroaris e do Vale do Javari. "Se há denúncias de contrabando e outros crimes, por que a Funai nunca apurou, nunca abriu um inquérito?", desconfia dom Erwin Krautler, frisando ainda que uma das principais preocupações do Cimi é exatamente com a preservação da cultura indígena. "E já que a Funai está tão preocupada com esse aspecto, ela deveria se interessar pela interferência cultural provocada pelas madeiradoras e mineradoras. E até hoje não se interessou".

Dom Erwin duvida que a Funai tenha poder de polícia suficiente para expulsar todos seus missionários das áreas indígenas. E diz que, se houver expulsões, os missionários passarão a trabalhar em áreas próximas às comunidades indígenas.

Tucano e baré apontam "lobby" da Funai

Um dia depois que um grupo de 12 índios, liderados por Alvaro Tucano, convocou uma entrevista para apoiar a portaria da Funai e do DNPM regulamentando um decreto de presidente João Figueiredo de quatro anos atrás, que abre as terras indígenas às mineradoras, dois outros líderes disseram que o grupo faz parte de um lobby da Funai para favorecer as empresas.

Manoel Fernandes Moura (tucano) e Orlando Baré (baré) afirmaram que as comunidades do Alto Rio Negro são contra a exploração mineral porque foi esta a decisão de uma assembleia realizada em São Gabriel da Cachoeira (AM) de 28 a 30 de abril. Em São Gabriel, porta de entrada da região conhecida como Cabeça do Cachorro, no noroeste do Amazonas, 300 líderes decidiram que só negociariam com as mineradoras depois que suas terras fossem demarcadas, o que ainda não ocorreu.

Mesmo depois de demarcadas as terras indígenas, a exploração mineral só será aprovada com a concordância dos líderes em nova assembleia, afirmaram Manoel Fernandes e Orlando Baré.

O grupo de Alvaro Tucano — seis tucanos, um ianomâni, um baniua, um baré e três waimiris-atroaris — continua em Brasília mantendo contatos com o governo. Depois da entrevista, concedida na sala do presidente da Funai na segunda-feira, os índios estiveram no Conselho de Segurança Nacional, na terça. Eles estão em Brasília à custa da Funai que, somente com passagens (Manaus—Brasília, ida e volta), gastou cerca de CZ\$ 178 mil 152. Hospedados desde domingo no Hotel Itamarati, os índios ocupam quatro apartamentos, sendo três triplos e um duplo, reservados pelo superintendente da 5ª Região da Funai, de Manaus, Sebastião Amâncio. Cada quarto triplo custa CZ\$ 1 mil 956 e, pelo

duplo, o hotel cobra diária de CZ\$ 1 mil 630.

O presidente do Cimi, dom Erwin Krautler, criticou a portaria conjunta Funai/DNPM, do dia 18 de maio, regulamentando a mineração em terras indígenas. Para dom Erwin, a portaria reflete "uma atitude típica da política de fatos consumados, vinda do receio das mineradoras de que a proposta progressista da Constituinte em relação ao tema seja vitoriosa". O texto da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias prevê que a exploração de minérios em áreas indígenas é privilégio da União.

Quanto ao argumento do presidente da Funai, que a portaria pretende substituir os garimpeiros ("agentes do alcoolismo e da prostituição") pelas mineradoras, dom Erwin observa que não vê diferença entre um e outro.